

VERBETE – SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO

[Cláudio Nascimento]

[“A autogestão não é uma idéia do século XIX, ela é a filha do século XXI que está em germen”] Pierre Rosanvallon, ‘L’âge de l’autogestion’. 1976

1. CONCEITUAÇÃO

“Socialismo autogestionário” é um termo difícil de se encontrar nos principais dicionários sobre socialismo e/ou marxismo. Por exemplo, no “Dictionnaire Critique Du Marxisme” [G. Labica-G. Bensussan. , PUF. 1982] há um verbete sobre “Autogestão”. No “Dicionário do Pensamento Marxista” [editado por Tom Bottomore. J. Zahar. Editor. 1988], há um verbete sobre “Autogestão”. No livro “Que Lire ? Bibliographie de la Révolution” [edi paris. 1975], não há nada específico. Na “Bibliografía sobre Marxismo y Revolucion” [dédalo ediciones. 1978], apenas livros com título sobre autogestão.

Se o termo “socialismo autogestionário” é relativamente novo, pois provem da experiência jugoslava [1950], Marx, muitas vezes, falou da “Associação dos produtores livres e iguais” e se declarou favorável as cooperativas de produção, organizadas em escala nacional. E, mesmo, proclamou o que viria a ser o lema da autogestão: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Pretender uma definição acabada do socialismo autogestionário, seria negar o dinamismo de um conceito que estará sempre inacabado. Mas, é possível uma aproximação, com base na historia do movimento operário e nas varias experiências de autogestão.

“A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em fomas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no principio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivencia da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos”. [cf. 1ª Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, Maio de 1978].

Nesta perspectiva, o socialismo só o será verdadeiramente se tiver por base a autogestão, já que apenas pela via da autogestão será possível a criação de um novo modo de produção, sob a gestão direta de todos os trabalhadores; uma nova estrutura social caracterizada por uma igualdade real e não formal: uma nova cultura que brotará do próprio povo e não da colonização das inteligências e de modelos culturais que lhe são exteriores; uma nova concepção de Estado ou forma de Governo que não possa erigir-se em sistema de dominação.

Isto significa que a autogestão não se limita ao âmbito da unidade de produção, mas abrange todas as esferas da sociedade. Ou seja, a autogestão global, da produção e de todos os domínios da vida. O elemento comum todas as experiências históricas é que o poder de gestão, de decisão e de controle reside nos trabalhadores organizados nos seus órgãos de base. A revogação de decisões, cargos e acordos em qualquer momento é uma consequência da democracia direta.

Pierre Rosanvallon afirma que "a autogestão antes de ser uma idéia, se constituiu como uma prática social e política. A autogestão definiu uma identidade política suficiente para que possamos falar de corrente autogestionária ou de movimento autogestionário. Esta identidade se define negativamente frente a uma dupla negação, da social-democracia e do socialismo burocrático de Estado. . . O socialismo autogestionário se desenvolverá ao propor uma política e uma economia diferentes dos modelos socialistas tradicionais. É uma obra de longa duração"[cf. Rosanvallon. *L'Age de l'autogestion*. Éditions du Seuil. 1976]

Para o principal teórico francês da autogestão, Yvon Bourdet : "A autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, no sentido que ela destrói a noção comum de política [como gestão reservada a uma casta de políticos] para criar um outro sentido da palavra política: isto é, a gestão, sem intermediários e em todos os níveis, de toda a sociedade por todos os homens". [cf. Bourdet. *Pour l'autogestion*. Éditions anthropos. 1974]

Portanto, a autogestão é vista sob dois ângulos articulados e interdependentes:

- Como "conteúdo real do socialismo", um regime que sucede ao capitalismo através da revolução social, portanto, um modelo de reorganização da sociedade;
- E, como linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos em busca desta vitória, é uma estratégia revolucionária.

2] REFERENCIAS HISTÓRICAS [gênese e desenvolvimento]

A “corrente autogestionária socialista” tem uma existência histórica real que é a própria existência das lutas dos trabalhadores. Por exemplo, E. P. Thompson assinala que “Em fevereiro de 1819, os operários ingleses do tabaco, após onze semanas de greve, começaram a organizar a produção por sua própria conta”.

[cf. *The making of the English Working Class*. Penguin Books, 1968]. Em 1871, com a Comuna de Paris, os trabalhadores elaboraram um Programa revolucionário que tinha como meta a autogestão social. Em 1981, os operários do Solidarnosc, na Polônia, definiram em seu primeiro Congresso, um Programa intitulado “Uma República Autogestionária”.

Tomamos como referência Branko Horvart, [cf. “Socialismo Autogestionário” CECA-CCS. 1990], que pinça nesta história da autogestão, 4 ondas longas de acontecimentos que apontam na perspectiva do socialismo, concebido como uma sociedade autogestionária, e, acrescentando uma 5ª onda, em que incorporamos alguns elementos sobre a sua breve história no Brasil.

1] os visionários = Robert Owen e a Gestão Operária ; Fourier e os Falansterios; Louis Blanc e as Oficinas Nacionais; Lassalle e as Oficinas Autogestionárias; Proudhon e o Mutualismo; Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as Comunas Autogestionárias;

2] grupos e movimentos sociais= Marxismo; Anarquismo; Sindicalismo, Socialismo Corporativo;

3] revoluções ou experiências práticas de autogestão= A Comuna de Paris [1871]; a revolução Russa [1905]; a grande Revolução Socialista de outubro de 1917; a Revolução Húngara de 1919; a Revolução Alemã de 1919; a Revolução Italiana de 1919; a Revolução Espanhola de 1936; a Revolução Argelina [1962] a Revolução Húngara de 1956; a Revolução de 1956 na Polônia; a Revolução Tcheca de 1968; a Revolução do Solidarnosc, Polônia 1980/1981.

4] novos sistemas de autogestão= diversas experiências de organização na produção [cogestão, consultas coletivas, delegados sindicais, etc] e, a autogestão na Jugoslávia [1950]

5] Conferências e Encontros Mundiais:

A autogestão social e/ou o socialismo autogestionário foram objetos de debates em Encontros Mundiais, e, de Publicações específicas de grande alcance.

Três experiências de autogestão marcaram época e suscitaram longos debates e controvérsias.

Primeiro, A experiência yugoslava de socialismo com base na autogestão social, iniciada em 1950 despertou enorme interesse. A publicação "Questões Atuais do Socialismo", editada em Belgrado, divulgava as idéias da autogestão.

Segundo, a experiencia na Argélia, em 1962 que institui um sistema baseado na autogestão.

Terceiro, as lutas e praticas autogestionárias do ano de 1968, sobretudo, na França.

O 1º Congresso de Autogestores [Conselhos operários] da Yugoslavia ocorreu em junho de 1957, em Belgrado. O 2º Congresso da Autogestão Yugoslava ocorreu entre 5 e 8 de maio de 1971, em Sarajevo. Participaram 2. 214 delegados da Yugoslavia e 150 convidados estrangeiros[sindicalistas, educadores, etc] de cerca 50 países, além de 91 jornalistas estrangeiros.

Na Argélia, o 1º Congresso da Autogestão Industrial ocorreu em Argel, em março de 1964.

Na yugoslavia, em 1964, surgiria a Revista "Práxis", a partir do "Grupo Práxis", defensor do socialismo integral de autogestão e de autogoverno. O grupo tinha sua base de atuação em Dubrovnik,

"Praxis" promoveu de 1977 a 1982, os famosos cursos de verão da Escola de Korçula, com temáticas relacionadas ao socialismo autogetionario e com a presença de filósofos de vários países.

A partir de 1981, surgiu a edição de "Práxis internacional".

Na França, surgiram iniciativas como os Seminários sobre a Autogestão, a partir de abril 1970, com sessões quinzenais, em Paris. As primeiras sessões foram para definir a autogestão e, a fundação de "um centro de documentação sobre a autogestão".

Estes Encontros e Congressos criaram a necessidade de uma articulação maior, que pudesse propiciar maiores debates e pesquisas, sobretudo, entre os sociólogos. A 1ª "Conferencia Internacional dos Sociólogos sobre a Autogestão e a Participação", ocorreria na cidade de

Dubrovnik/Yugoslavia, de 13 a 17 de dezembro de 1972. Participaram sociólogos de 30 países de vários continentes

4 Temas foram debatidos em comissões:

- O progresso técnico-científico e a participação
- Democracia industrial, participação e autogestão
- O movimento operário [partidos, sindicatos] participação e autogestão
- Sistema social [econômico, político, comunal] participação e autogestão

Dois mesas-redondas : uma sobre :”reforma e revolução”e, outra sobre a “experiência Yugoslava”.

Como encaminhamento, a idéia da “Criação de um Instituto Internacional para o estudo da participação, o controle operário e a autogestão”. [cf. Autogestion et Socialisme, 41-42, 1978].

Na França, em janeiro de 1973, um pool de varias Revistas organizou, a nível nacional, o “Colóquio Autogestão”, com o tema “autogestão e revolução socialista”.

A 2ª Conferencia Internacional sobre a Participação, o Controle Operário e a Autogestão, ocorreu sete anos após a primeira. Seria de 7 a 10 de novembro de 1977, em Paris.

Esta segunda Conferencia surgiu de uma articulação entre o Grupo de Estudos da Autogestão, de Paris, e os yugoslavos que tinham organizado a primeira Conferencia em Dubrovnik, sobretudo, do Grupo”Praxis”. Participaram pessoas vindas de 28 países. [do Brasil participou uma pessoa]

6 Comissões trabalharam os temas:

- Condições políticas da autogestão generalizada
- Movimento operário e autogestão
- Democratização das empresas
- Planificação e autogestão
- Autogestão e organização do espaço e das comunidades. Regiões e Minorias
- Cultura, necessidades humanas e autogestão. A autogestão da informação e da formação

Dois mesas-redondas temáticas:

Reivindicação autogestionária nos países do Leste

Transição para autogestão nos países industrializados avançados

Houve uma Assembléia de fundação do Centro Internacional de Coordenação de Pesquisas sobre a Autogestão [CICRA], com sede em Paris. [cf. Qui a peur de l'autogestion ?. Cause commune. 1978/1]

No final de 1965, surgiria a idéia de uma revista sobre a Autogestão. A iniciativa vem de G. Gurvitch e de alguns militantes vindos de “Socialismo ou Barbárie”. Apesar da morte de Gurvitch, em dezembro 1965, apareceu o primeiro numero dos “cahiers de l'Autogestion”, em dezembro 1966. A revista fica conhecida como “A Enciclopédia da Autogestão”. Inicialmente denominada “Autogestion”, e a partir de 1970, “Autogestion et Socialisme”. O primeiro numero data de dezembro 1966. Até inicio da década de 80, foram publicados 43 números. Em 1980, adota o nome de “Autogestions”.

No primeiro número está escrito "Os cadernos da AUTOGESTÃO se propõem de dotar a pesquisa francesa e internacional de um órgão científico, exclusivamente consagrado á historia, aos problemas teóricos e práticos, as perspectivas da autogestão, esta idéia-força de uma reconstrução socialista da sociedade fundada sobre a democracia operaria". [1966]

No final de 1993, reaparece com direção de outras pessoas e sob o nome de “Utopie Critique”, Revista internacional para autogestão. No seu 1º numero lemos, “Neste final de século, a miséria do projeto emancipador aparece patente”. Mais que antes, o dilema ‘socialismo ou barbarie’ está posto. Se por sua atividade, o movimento social expressou suas aspirações pela autodeterminação, pelo auto-governo, pela autogestão social generalizada, estabelece s premissas das transformações necessárias e esclarece o ‘gérmen dos possíveis’, a utopia mobilizadora deve ser repensada, refundada á luz das revoluções e a sombra das contra-revoluções que sacudiram o mundo e as certezas.

Pensamos que há que se romper com o capitalismo para lançar os fundamentos de um socialismo autogestionário. . . “. [1993]

Na Espanha e Portugal, das transições pos-ditatoriais, sobretudo com a Revolução dos Cravos, em 1974, surgiram experiências varias sob a marca da autogestão. Na Espanha, surgiu a

Revista "Autogestion y Socialismo", uma espécie de versão da Revista francesa, mas centrada nas questões do movimento social espanhol.

Na Argentina e Brasil, na segunda metade dos anos 70, tínhamos algumas iniciativas no campo da autogestão. A Editora El Cid Editor, da Argentina e Venezuela, lançou a "Colección Autogestion", com textos dos teóricos da Jugoslavia, sobretudo, Edvard Kardelj.

A Coleção propõe como alternativa ideológica o "socialismo autogestionário".

A partir das experiências de autogestão, como as empresas geridas pelos próprios trabalhadores, em 1978 ocorreu a 1ª Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário, promovida pela BASE-FUT, em 13 e 14 de Maio 1978. Tinha por objetivo "Ampliar a todos os trabalhadores o debate sobre o Socialismo Autogestionário, contribuindo assim para reforçar a união dos diversos grupos que nos planos nacional e internacional, se batem por igual projeto de sociedade".

Desta Conferencia participaram alguns sindicalistas brasileiros, então exilados na Europa.

No Uruguai, no início dos anos 70, Abraham Guillén publicou dois livros sobre o tema; "Democracia Directa. Autogestion y Socialismo", [Editorial Aconcagua, 1970], e, "Socialismo de Autogestion" [Editorial Aconcagua, 1972] reflexão sobre uma viagem a experiência jugoslava; No Brasil, em 1962, Leoncio Basbaum, após viagem a Jugoslavia, publicou livro pioneiro: "No estranho País dos Iugoslavos". Edaglit. 1962]. Em 1969, Paulo Nogueira Filho, publica seu "Autogestão" [Jose Olimpio Editora], com uma bibliografia amplíssima, pois tinha vivido na França.

A "expressão brasileira" da autogestão socialista

A idéia da autogestão esteve presente nos programas do movimento libertário do início do século XIX. No Pós Guerra surgiu o Jornal "Vanguarda Socialista" [1945-1948], dirigido por Mario Pedrosa, com orientação nas idéias de Rosa Luxemburgo e da tendência norte-americana dirigida por CLR James e Raya Dunayevskaya, defensora dos Conselhos Operários. Antecipando mesmo algumas idéias do grupo francês "Socialisme et Barbárie", dirigido por Castoriadis e Lefort. Em sua obra "A Opção Imperialista" [Civilização Brasileira, 1966], Pedrosa faz referencias a textos seus escritos no exílio nos USA, em que defende a autogestão a partir de

análises baseadas em obras sobre “o poder operário”, a “nova classe operária”, e “estratégia e revolução”, de sociólogos e economistas franceses [Serge Mallet, André Gorz, Pierre Belleville].

Na segunda metade da década de 40, Paulo Emilio Sales Gomes, ao voltar do exílio francês, também fez referências a autogestão. . Na pisada do grupo francês “Economie et Humanisme”, do padre Le Bret, a partir das experiências “comunitárias” como a “communauté Boimandau”, nos meios cristãos surgiram algumas experiências chamadas de “Empresa Comunitária”, como a “Unilabor” [SP].

Na década de 80, como contraponto a profunda recessão econômica, e principalmente a um ressurgimento do movimento popular, surgiram experiências denominadas de “Experiências Comunitárias de Produção” sob o lema da autogestão. Assim, no Relatório de um Encontro Nacional dessas experiências, vemos que “O ressurgimento do movimento popular no Brasil a partir dos meados da década de 70, trouxe no seu bojo uma nova modalidade de organização dos trabalhadores, congregando-os em atividades produtivas, em unidades de produção geridas pelos mesmos” [Doc. da FASE, 1984]. Uma das experiências tem como origem “o desafio de uma proposta autogestionária como demonstrativo da capacidade dos trabalhadores gerirem a produção”.

A partir de 1978, diversos Centros de Educação Popular [Ongs], orientam suas atividades pela perspectiva da autogestão, da autonomia. No RJ, o CEDAC, formado, em parte, por militantes vindos do exílio, onde tiveram contatos com o sindicalismo autogestionário da CFDT [cf. Pierre Cours-Salies. La CFDT. Um passe porteur d’avenir. La Breché. 1988], o PSUF e movimentos defensores da autogestão, tem por eixo de suas atividades de formação política e sindical, o socialismo autogestionário. Em SP, o CAPPs seguia a mesma orientação pela autogestão e autonomia. O grupo DESVIOS defendia o autonomismo. A FNT, aprofundava sua perspectiva política pelo socialismo autogestionário. Os anarquistas retomam suas publicações sobre a Autogestão. Diversos militantes lançaram correntes autogestionárias no interior do PT: no Rio de Janeiro, a tese “Por um PT socialista e autogestionário” e, em SC, o grupo “Alternativa Socialista”.

A fonte brasileira destas iniciativas estava no caráter de autonomia, na pedagogia autogestionária, na organização de base, como as “comissões de fábrica” nos movimentos de oposição sindical, presentes nos movimentos sociais da época de resistência à Ditadura Militar.

Estas experiências deixaram seus frutos. Em 1988, o PACS articulou com os mineiros de Criciúma, um Seminário em torno de uma série de experiências sobre autogestão. No final da década de 80, em Porto Alegre, militantes de diversos países da América Latina e Europa, sobretudo, da Catalunha espanhola, realizaram um primeiro Encontro Internacional de "autogestão socialista". Outros dois Encontros destes se seguiram. Nesta mesma época, no Chile sob os auspícios da política neoliberal, o movimento social fundou as "novas" organizações econômicas populares, base do que Luiz Rapto chamou de "Economia Popular de Solidaridad", e de "Empresas Alternativas".

A partir de 1996-97, com o Programa Integrar da CNM-CUT, o debate sobre cooperativismo, autogestão e economia solidária foi incorporado ao sindicalismo cutista.

Na pisada dos Encontros anteriores dos Encontros sobre Autogestão, realizados no RS, de 3 a 9 agosto de 1998, ocorreu o Encontro Latino Americano de Cultura e Socio-Economia Solidárias. Em seguida, veio o Encontro em Mendes, [junho 2002], em que se avançou na construção de uma rede nacional de economia solidária.

Muitas experiências de vários tipos foram se desenvolvendo: Fóruns Autogestionários no RJ e no RS, Centrais autogestionárias de cooperativismo. , etc.

Quando do 1º Fórum Social Mundial, estas experiências se articularam com outras de vários países e fundaram redes globais de economia solidária.

3] ATUALIDADE E IMPORTANCIA DO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO

A 3ª revolução Industrial em curso tem um caráter amplo: não é apenas uma revolução tecnológica, uma revolução dos meios de produção e da organização do trabalho, é igualmente uma revolução cultural e civilizatória. Sob esse ângulo de análise, as mutações atuais no mundo do trabalho, as novas possibilidades abertas com essa revolução tecnológico-cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e, a derrota político-cultural e material do socialismo estatal, abrem novas perspectivas para a reflexão e experimentação social autogestionárias, sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho sobre o capital, em torno de um projeto

socialista que aponte alternativas à crise civilizatória. Portanto, um novo modo de vida, uma revolução integral mais profunda e radical que todas ocorridas até hoje.

O fenômeno da Economia Solidária e Popular, as ocupações de fábrica na crise Argentina em 2002, as lutas contra a privatização da água, que levaram a formação de uma Assembléia Popular em Cochabamba/Bolívia, 2001, são exemplos de como a autogestão é uma constante na história. .

É sintomático que as experiências emancipatórias recentes, que constituem alternativas à Globalização neoliberal, como por exemplo, as do campo das “Alternativas de Produção” e/ou as de “Democratizar a Democracia”, objetos de pesquisas coordenadas por Boaventura Santos *, mostram a atualidade das questões relacionadas à autogestão da produção e a autogestão social. A Reinvenção da Emancipação Social necessariamente, e assim o vemos nas experiências em curso no mundo, passam pelo campo da autogestão social. [cf. Boaventura Santos (org). 1. Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista” e, 2. Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Ambos da Civilização Brasileira. 2002]

O Fórum Social Mundial tem sido um vasto campo de oficinas destas experiências de emancipação, que constituem as forças de uma contra-hegemonia. Por exemplo, está prevista para o Fórum de 2003, a constituição de uma “Cidade Autogestionária”.

Obras recentes apontam também a perspectiva da autogestão social. Alain Bihr, inclui como vias de renovação a “autogestão das unidades de produção pelos trabalhadores”. , com base em um funcionamento democrático que responde às regras da democracia autogestora”,

Bihr defende a necessidade da autogestão coletiva do poder em sua visão de um projeto alternativo emancipatório: “Desde a autogestão das empresas pelos coletivos de trabalhadores até a produção das condições materiais e sociais de uma vida cultural autônoma, passando pelo encargo, por redes associativas, das necessidades coletivas ligadas à habitação, à saúde, à educação, etc. é o conjunto das atividades coletivas que pode e deve ser coberto por essa forma de democracia direta e de autogestão”. [cf Alain Bihr. Da Grande Noite à Alternativa. Editorial Boitempo, 1998]

Uma das obras mais recentes sobre o Socialismo, [cf Toni Andréani. *Le Socialisme est (a) venir*”. Syllepse. 2001], centra sua análise na autogestão:

“A democracia será generalizada, não apenas política, mas também ‘econômica’ e ‘social’. É o que entendemos por ‘autogestão’, no sentido mais amplo do termo [na linguagem operária dos séculos XIX, retomada por Marx, falava-se de ‘associação’]. Isto significa em particular que o eixo do socialismo será a democracia de empresa [ou de instituição], que remete ao sentido mais limitado da autogestão.

Não é uma defesa de uma democracia conselheira de tipo piramidal, inspirado na Comuna de Paris. Deste sistema, devemos assegurar a idéia de um mandato relativamente imperativo.”.

Paul Singer, [cf. “Uma Utopia Militante. Repensando o Socialismo”. Vozes, 1998], afirma que O fracasso do ‘socialismo realmente existente’ revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista dentro da mesma formação social. . .

A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumidores(. . .) A transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntico, não pode ser decretado de cima para baixo, mas tem que ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo”. Para Singer, esta conquista implica uma longa e verdadeira revolução cultural.

No campo da cultura socialista encontramos muitos defensores da autogestão social, em suas diversas matizes: Rosa Luxemburgo, Gramsci, Pannekoek, Max Adler, Otto Bauer, Karl Landauer, Victor Serge, Serge Mallet, CLR James, Mario Pedrosa, Mariategui, etc. Experiências como as do movimento social polonês Solidarnosc, do sindicalismo autogestionário CFDT, as lutas do “outono quente” italiano, etc.

Grupos como “Socialisme et Barbárie”, “Praxis”, “Solidarity”.

Mas, há pensadores que são pouco conhecidos por sua defesa da autogestão: por exemplo, Lucien Goldman e Raymond Williams, conhecidos por suas análises no campo da sociologia da

arte e/ou da cultura. Williams e Mariategui, em épocas distintas, formularam idéias fundamentais para o socialismo autogestionário.

R. Williams: o "Máximo de Autogestão" no capitalismo tardio

A atualidade das idéias de R. Williams [cf. Maria Elisa Cevasco. Para Ler R. Williams. Paz e Terra. 2001] sobre a autogestão reside em que foram construídas em cima de uma análise da sociedade capitalista contemporânea: a Inglaterra neoliberal de M. Thatcher, dos anos 80.

A última obra de R. Williams porta o título de "Até o Ano 2000". E, seu último capítulo, chama-se "Para a Viagem da Esperança". As duas principais obras que abordam a questão do socialismo e da revolução são: "A Longa Revolução" [1961] e "Towards 2002" [1983]. Contudo, em 1989 [1 ano após a morte de R. W.], foi publicada uma coletânea de textos [cf. "Resources of Hope", culture, democracy and socialism. Verso, 1989], abarcando a produção política de RW, sobretudo, os textos da década de 80.

Em "A Longa Revolução", Williams defendia que o socialismo deveria ser organizado em torno uma "cultura comum", que teria a capacidade de unificar as genuínas experiências comuns do povo. Nesta perspectiva, Ele resgata as tradições da classe operária inglesa : desenvolvimento coletivo e solidário, formação de identidade social e sensibilidade comunitária. Enfatizava a democracia socialista baseada na cidadania consciente e participativa, em eficientes formas de organização da vida social.

Sua proposta autogestionária tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o princípio da "Autogestão Máxima". , na vida social e comunitária. Neste sentido, aponta dois eixos para redefinição da democracia socialista:

-Um Governo de esquerda no poder e, a autogestão. Esta última significa, então, democracia do povo, socialismo comunitário e controle operário.

A sociedade contemporânea moderna e complexa, exige como alternativa um tipo de socialismo, com base em um novo tipo de instituições comunais, cooperativas e coletivas, em que

a plena prática democrática do debate livre, assembleias livres, candidaturas livres e decisões democráticas.

O atrativo da autogestão é o seu caráter de democracia direta e global. É um patamar superior à democracia representativa. O "Máximo de Autogestão" tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular em dois níveis:

- No campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna nos locais de trabalho, associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura. Para Williams é fundamental que a autogestão não se limite aos locais de trabalho;
- E, no campo das Comunicações. Aqui, ao contrário de muitos pensadores que usam o argumento da complexidade tecnológica contra as possibilidades atuais da autogestão, Williams aponta várias formas de autogestão nas "Comunicações", como desenvolvimento de uma democracia popular ativa.

Segundo Williams, o valor central do socialismo é a ideia de "compartilhar": há duas formas interligadas: a democracia popular e a propriedade comum. Estas são as duas únicas maneiras práticas de compartilhar o poder e a riqueza. A articulação entre socialismo e democracia popular é a chave do futuro, que permitirá uma superação da democracia representativa. As duas áreas principais são; Trabalho e Comunidade. Em "A Longa revolução", RW aponta como exemplos de uma política socialista, além da democracia nos locais de trabalho, mas também nos bairros. como formas de autogestão.

No campo internacional RW defendia a tese ou lei do século XXI, de que, "Como há muitos povos e culturas, também haverá muitos socialismos". A base da democracia socialista é a autêntica diversidade e complexidade de cada povo. Enfim, Williams apontava mais 3 princípios:

- superar a economia de mercado; transformar a produção em novos critérios de durabilidade, qualidade e, uma economia no uso de recursos não renováveis; e, construir novos tipos de instituições monetárias.

- O Socialismo Autogestionário Indo-americano

Em Mariategui não se acha, de forma explícita, uma visão do que é o socialismo, a sociedade socialista. Há uma ausência do tema socialismo na análise da obra do marxista peruano. Entretanto, após a derrocada do "socialismo estatal", e no período de comemoração do seu centenário [1994], novos estudos mostram que a idéia do Amauta sobre o socialismo faz jus as idéias do 'socialismo autogestionário'

Em suas várias polemicas, seja com o ideólogo do nacionalismo, Victor Haya dela Torre, seja com os dirigentes da Comintern, e no livro "Em Defesa del Marxismo", polemizando com Henry de Man, Mariategui rechaçou 3 vias para sociedade peruana:

1] a democracia liberal

2] o capitalismo de Estado

3] o socialismo de Estado

Qual, portanto, a alternativa socialista traçada por Mariategui ?

A relação "socialismo e democracia" na obra do Amauta, porta conclusões fundamentais para compreensão da idéia socialista em Mariategui, inclusive, de grande atualidade para a conjuntura que vivemos, após a derrocada das experiências do socialismo estatal no Leste europeu e Rússia, da crise das experiências do Welfare State e da crise profunda do sistema neoliberal em curso.

No "projeto socialista" mariateguiano, três instancias se destacam:

1] A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;

2] A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, A DEMOCRACIA DIRETA;

3] enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade; ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO.

Através da análise dos camponeses indígenas na comunidade e dos operários no sindicato, Mariategui pensou outro tipo de organização política, em que as funções estatais não se autonomizariam em relação à sociedade. As organizações da democracia direta constituiriam a via pela qual o poder iria sendo socializado, deixando de ser uma função especializada e separada da sociedade. As organizações autônomas dos trabalhadores seriam os órgãos da democracia direta. A idéia da "CONQUISTA DO ESTADO" significava para Mariategui, o longo processo pelo qual a experiência associativa dos trabalhadores os levaria a uma FORMA DE AUTOGOVERNO E DO EXERCÍCIO DIRETO DO PODER".

A revolução socialista implica para o Amauta, um 'REENCANTAMENTO DO MUNDO'; o restabelecimento de uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, superando as dicotomias do mundo atomizado característico da sociedade moderna. Mariategui foi buscar esta "estrutura de sentimentos" na cultura dos Incas peruanos; um estilo particular de vida em que as relações entre os membros da comunidade se regem pela solidariedade, nas diversas esferas sociais: trabalho, festas; enfim, o "espírito comunista" do indígena.

"Para tornar possível o exercício da democracia direta, a condição indispensável deveria ser a erradicação do poder administrativo e do dinheiro; Para Mariategui, a sociedade socialista se orientaria para a realização de um Máximo de comunicação e um mínimo de institucionalização".

(cf. "Mariategui: Il Socialismo Indoamericano". Casa Editrice Francoangeli. Milano 1996]

O projeto socialista de Mariategui porta "uma radical subversão das relações intersubjetivas". Mariategui prestou atenção particularmente a toda uma área da vida social descuidada pela corrente do marxismo oficial da III Internacional. Esta área correspondia ao que ele descreve, nos "7 Ensayos", como "Os costumes, os sentimentos, os mitos-os elementos espirituais e formais destes fenômenos que se designam com os termos de sociedade e de cultura".

AVALIAÇÃO CRÍTICA

Problemas, polémicas, desafios

Muitas são as críticas à principal e quase única experiência de sistema autogestionário, a da sociedade Yugoslava. A autogestão Yugoslava teve limitações e possibilidades. Apesar das suas realizações nunca adquiriu as dimensões da autogestão social generalizada, limitando-se ao

terreno econômico. O Estado, junto com os sindicatos, a Liga dos Comunistas, favoreciam o desenvolvimento da burocracia de dirigentes e, se contrapunha aos Conselhos dos Trabalhadores, onde existia a democracia de base e a "autogestão a nível local".

Segundo Bourdet, "O poder central do Estado não foi 'extinto' para ser substituído por uma coordenação horizontal das empresas autogeridas. A Jugoslávia não é um sistema politicamente autogerido, mas um sistema de cogestão com o Estado". Para Bourdet, o poder carismático de Tito, vem do "alto", por mediação da armada, da polícia, da administração, dos bancos e da LC. Ao contrário, da Argélia e de Portugal, em que a originalidade da autogestão é que não foi "decretada pelo poder central", mas foi criada pelos próprios trabalhadores. [cf. Bourdet. Qui a peur de l'autogestion?]

Albert Meister analisou a autogestão Jugoslava e tirou algumas conclusões críticas: "Para transformar a sociedade em três níveis: econômico, político e cultural. Apenas a revolução econômica, a supressão da propriedade privada dos meios de produção ou de troca, não é suficiente para segurar a emancipação dos trabalhadores. A economia de ser gerida democraticamente, o Estado descentralizado, e mudar o modelo de consumo. A análise da autogestão Jugoslava mostra que estas revoluções devem realizadas em conjunto, senão o projeto socialista não será levado a termo". . [cf. Meister. Socialisme et autogestion. L'Experience Yougoslave]

De um modo geral, a principal crítica ao socialismo autogestionário é que tal sistema seria incompatível com as demandas de eficiência tecnológica em uma Sociedade e um Estado modernos e complexos. Segundo essa visão, a autogestão somente pode ter êxito em pequenas unidades de produção ou comunidades simples. Apesar de ser uma idéia humanista, não tem condições de êxito pro que os cidadãos e trabalhadores não estariam educados para gerir uma economia moderna. As experiências históricas ocorreram em momentos específicos da história, marcados por profunda crise da sociedade, momentos de revolução.

Dallemagne critica o projeto autogestionário por subordinam a luta contra a exploração capitalista à luta anti-hierárquica. A partir das experiências do Chile de Allende e de Portugal, mostram que a classe dominante mantém sua ditadura Assim, contrapõe a ditadura do proletariado a autogestãl, expressão das camadas de trabalhadores assimiladas ao capitalismo, que

lutam mais contra a miséria espiritual, alienação que conta o capital. [cf. Jean-Luc Dallemagne. Autogestion ou Dictature du proletariat. UGE. 1976]]

Assim, a autogestão se limita a alguns momentos críticos da história e ao "Grande Dia": a autogestão pressupõe uma "revolução política global" e, quaisquer outras experiências não passariam de "ilhas no capitalismo".

Mothé, assinalou o paradoxo do socialismo autogestionário : como articular a autogestão como ideologia com as experiências práticas ? A autogestão é algo que pode existir apenas com a Revolução, ou, pode existir como experiências ? Como conciliar a "audácia do projeto autogestionário" com a "pobreza das tentativas de gestão coletiva"? O imaginário com a realidade concreta ? [cf. Mothé. L'Autogestion goutte a goutte.]

Yvon Bourdet fala de autogestão generalizada, que não existe em nenhum lugar, para diferenciar de autogestão parcial, isto é, experiências de cooperativas de produção.

Buscando dar respostas a estas questões, Mothé formulou a idéia da "Autogestão gota à gota", dentro de uma visão ampla de "Experimentação". , baseada na idéia de Rosa Luxemburgo de que "é funcionando coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de lhes inculcar a ciência". Mothé defende a participação dos trabalhadores em experiências de funcionamento coletivo nas empresas de autogestão, mesmo que limitadas.

A experiência coletiva é vista como um instrumento necessário ao funcionamento autogestionário. Mothé pergunta : se as experiências nas empresas são difíceis, devido ao poder patronal, porque não experimentar a autogestão em outras instituições controladas pelos sindicatos: cantinas, organizações de esportes, lazer, centros culturais, etc; nas prefeituras de esquerda e nos serviços públicos municipais? Para Mothé, tais mudanças implicam uma mudança na militância: o "militante soldado" e o "militante profeta" deveriam ser substituídos pelo "militante animador".

Esta idéia da "experimentação social" foi defendida por Pierre Rosanvallon: Em "autogestão como uma sociedade de experimentação", afirma que, "A definição de uma sociedade autogestionária é uma sociedade que se institui e se constrói por si-mesma. Se a autogestão "é

um projeto de sociedade, ela não é um modelo de sociedade a realizar. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social”.

“Falar que a autogestão é um movimento, é indicar que ela é produto de experiências, de vitórias e de derrotas. A construção de uma sociedade autogestionária significa um vasto processo de experimentações em todos os domínios da vida econômica e da vida social. . O direito a experimentação é o fundamento da sociedade autogestionária”.

“O direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho, não pode se construir”de cima”, a partir de iniciativas do Estado. A autogestão se constrói a partir das iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades. Para Rosanvallon,”O direito da experimentação deverá ser a primeira tarefa de um governo que defenda a perspectiva autogestionária”.

Em todos os casos, fica uma questão que é um verdadeiro nó gordio: se o socialismo autogestionário se baseia na associação dos trabalhadores, em todos os níveis, mas também sobre a satisfação de suas necessidades, individuais e coletivas, no campo do ‘não-trabalho’ [do tempo livre’], como pensar seu”auto-governo”?

Bibliografia temática;

1. Mothé. Daniel – L’Autogestion goutte a goutte. Éditions Du Centurion. Paris. 1980]
2. Massari. Roberto. Teorias de la Autogestion. Editorial Zero. 1977
3. Autogestion et Socialisme, [Revue] Editions Anthropos. [43 numeros de 1966 a 1980]
4. Self-Governing Socialism. A Reader. [2 volumes] IASP. New York. 1975
5. Meister, Albert. Socialisme et Autogestion. L’Experience Yugoslave. Éditions Du Seuil. Paris. 1964
6. Bourdet, Yvon. Pour l’Autogestion. Éditions Anthropos. 1974
7. Bourdet, Yvon/ Guillerm, Alain. Clefs de l’autogestion. Seghers. 1977
8. Nascimento, Cláudio. Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia operaria e autogestão socialista. CEDAC. Loyola, 1988
9. Bourdet, Yvon. . La Délivrance de Prométhée. Pour une theorie politique de l’autogestion. Ed. Anthropos. 1970
10. Castoriadis. Le Contenu du Socialisme. Socialisme et Barbárie. UGE. 1979
11. Pelo Socialismo Autogestionário. Edições base. Lisboa. 1979 [Documentação da 1ª Conferencia nacional”Pelo Socialismo Autogestionário”, Porto, 1978]
12. Laks, Monique. Autogestion ouvriére et pouvoir en Algérie. 1962-1965. Edi. Paris. sd.
13. Supek, Rudi (direction). Étatismo et autogestion. bilan critique du socialisme yougoslave. editions anthropos. Paris. 1973

GEORGES GURVITCH

[a sociologia da autogestão]

Gurvitch participou da constituição de conselhos operários revolucionários em 1917. No Colóquio realizado em Bruxelas em homenagem a Proudhon, Gurvitch fez seu depoimento:

“A França, portanto, não é o único país em que os problemas do sindicalismo revolucionário foram postos. Penso em particular em um outro país, de onde sou originário, a Rússia, e onde estes problemas tomaram forma desde 1905 com a criação dos primeiros conselhos operários. Eles surgiram uma segunda vez sob o governo provisório de Kerensky, e uma terceira vez sob o governo soviético e eu posso testemunhar da extraordinária penetração das

idéias de Proudhon, tanto entre os intelectuais russos quanto nos sindicatos operários russos. De minha parte, não foi na França, mas na Rússia, que eu me tornei proudhoniano, e se eu vim para França, foi para aprofundar meu conhecimento de Proudhon. Eu porto, portanto, um testemunho pessoal direto: os primeiros soviets russos foram organizados pelos proudhonianos, proudhonianos que vinham dos elementos de esquerda do partido socialista revolucionário ou da ala esquerda da social-democracia russa. Não foi em Marx que eles tomaram a idéia da revolução pelos soviets de base, pois é uma idéia essencialmente, exclusivamente proudhoniana. Como eu sou um dos organizadores dos soviets russos de 1917, posso falar com conhecimento de causa. Recordo-me dos primeiros soviets organizados na fábrica de Poutilov antes da chegada ao poder dos comunistas e testemunho que os seus organizadores estavam tomados, como aqueles que se organizaram, das idéias proudhonianas. A um ponto tal, que Lenine não pode evitar esta influencia. Acreditem-me, Sorel não pode servir de intermediário ! Foi uma influencia proudhoniana direta que vinha dos distintos meios revolucionários, russos. Em seus primeiros discursos, Lenine tinha proclamado que uma planificação, que uma revolução social não são possíveis que se fundadas em uma representação direta dos operários na base. E posso mesmo revelar um segredo: que o programa do partido comunista, o segundo programa absolutamente encontrável – vocês podem procura-lo em toda a Rússia, procurar em todas as livrarias da França, a menos de tê-lo comprado em maio de 1917, vocês não vão encontrá-lo – este segundo programa do qual não sei se todos os exemplares foram queimados ou eliminados, o que posso lhes dizer, é que ele reproduzia como pontos principais as próprias palavras de Lenine: nenhuma revolução, nenhuma planificação coletiva não é possível sem uma participação direta dos soviets de base e de seus representantes. Vocês podem ver que a idéia da autogestão operária está toda aí. O que não impediu Trostsky e Stalin, que nesta época eram os amigos, de pressionar Lenine no curso da guerra contra os ‘guardas brancos’ e de conduzir à suprimir ‘temporariamente’ –eu conheço muito bem o texto – os conselhos de base, sob pretexto que eles impediam uma produtividade crescente de armamento. A Rússia, notem bem, ficou neste paradoxo que é seu campesinato, sempre muito reservado frente ao governo comunista, que se beneficiou da democracia econômica [kolkhozes, sovkhozes], ao passo que seu proletariado, que domina oficialmente, não obteve ainda aquilo pelo qual tinha começado a revolução social: a autogestão operária”.